
Um Crime de Imprensa: uma Análise do Livro *Escola Base: Onde e Como estão os Protagonistas do Maior Crime da Imprensa Brasileira*, de Emílio Coutinho¹

Jaine Araújo da SILVA²
Francielle Maria Modesto MENDES³
Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC

Resumo

Este trabalho busca analisar condutas adotadas pelos jornalistas num conhecido erro da imprensa brasileira, o caso Escola Base. Parte-se da hipótese de que uma série de erros corriqueiros decorrentes do modelo comercial de jornalismo foi a causa dos problemas da cobertura em questão. Para sustentar tal hipótese, analisa-se o livro *Escola Base: onde e como estão os protagonistas do maior crime da imprensa brasileira* (2016), cujo autor era estudante de jornalismo à época da escrita. Por meio da comparação da cobertura realizada em 1994, quando ocorreu o caso, e da elaborada por Emílio Coutinho no livro, compreende-se que o jornalismo-mercadoria têm consequências na construção da notícia. A metodologia usada é a análise de conteúdo. O aporte teórico é formado por Christofolletti (2008), Tófoli (2008), Bucci (2000), Marshall (2001), Medina (1988), entre outros.

Palavras-chave: Análise de conteúdo; Escola Base; Ética jornalística; Jornalismo-mercadoria.

Introdução

O caso Escola Base é, talvez, o mais conhecido erro cometido pela imprensa brasileira. Ele teve início no dia 28 de março de 1994, a partir de uma denúncia feita por mães de duas crianças que estudavam na escola, Cléa Parente de Carvalho e Lúcia Eiko Tanoue Chang. A denúncia dava conta de que os menores haviam sido vítimas de violência sexual e os donos da Escola de Educação Infantil Base, o casal Icushiro Shimada e Maria Aparecida Shimada, estariam envolvidos no crime que destruiu a reputação da escola localizada em São Paulo, no bairro da Aclimação. As denúncias surgiram após as mães afirmarem ter percebido comportamentos estranhos por parte das crianças que tinham apenas quatro anos de idade à época.

Além desse, outros dois casais também foram acusados de participação: a professora Paula Milhin Alvarenga, sócia de Aparecida Shimada, e seu esposo e motorista da kombi da escola em que supostamente aconteciam orgias sexuais com as crianças, Maurício Monteiro de Alvarenga; e Saulo da Costa Nunes e Mara Cristina da França Nunes, pais de um dos

¹Trabalho apresentado na Divisão Temática IJ 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 24 a 26 de junho de 2019.

²Acadêmica do curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Acre. Email: araujojaine7@gmail.com.

³Orientadora do trabalho. Professora do curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Acre. Email: franciellemodesto@gmail.com.

alunos do estabelecimento e donos da casa onde as crianças eram supostamente violentadas, segundo as denúncias.

Vale ressaltar que o inquérito do caso passou pela mão de quatro delegados diferentes: o primeiro, Antônio Primante, era plantonista na noite em que as denúncias foram feitas, mas teve uma atuação breve no caso. Ele encaminhou as duas crianças supostamente violentadas ao Instituto Médico legal (IML) para a realização de exame de corpo de delito, solicitou o mandado de busca e apreensão na casa de Saulo e Mara Nunes, para onde se dirigiu acompanhado pelas mães das crianças. Além da casa, a escola também passou por revista, mas nenhuma prova foi encontrada.

Depois de Primante, Edécio Lemos se tornou o responsável pelo inquérito. Principal fonte adotada pelos jornalistas, ele espetacularizou o caso Escola Base, e quando o caso ainda estava sob sua responsabilidade, Saulo e Mara Nunes foram presos. Três dias depois, o casal foi solto por falta de provas. Após ficar evidente seu posicionamento pouco profissional, Lemos foi afastado do caso. Porém, o estrago já estava feito, pois a imprensa havia supervalorizado sua versão dos fatos.

Os últimos delegados que assumiram as investigações foram Gérson de Carvalho e Jorge Carrasco. Após haver uma considerável diminuição da espetacularização do caso com a atuação deles, no dia 11 de abril de 1994, após uma denúncia anônima, a casa do norte-americano Richard Pedicini foi revistada e uma nova página se escreveu: o gringo, como ficou conhecido no caso, era a peça de ligação internacional do suposto esquema de pedofilia. Ele ficou preso durante nove dias até Gérson de Carvalho ir a público dizer que ele não tinha ligação com a escola. Os delegados arquivaram o inquérito não tendo encontrado provas mesmo após uma minuciosa investigação.

Essa pesquisa se propõe a investigar quais as causas da sequência de erros de imprensa no caso Escola Base. Pressupõe-se que a forma como se faz jornalismo interfere diretamente no resultado das matérias, ou seja, a sequência de ações que levou os profissionais aos erros faz parte da rotina de quem segue este ofício. Nesse sentido, é feita análise de conteúdo da obra *Escola Base: onde e como estão os protagonistas do maior crime da imprensa brasileira* (2016), de Emílio Coutinho, buscando traçar um contraponto entre a apuração feita em 1994 e a feita em 2016 para a escrita do livro para compreender as diferenças entre os dois processos.

A análise de conteúdo é uma metodologia popularizada por Laurence Bardin em 1977. Esse tipo de estudo é dividido em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos. A primeira fase é quando se reúne o material a fim de

conhecê-lo e definir quais serão os indicadores utilizados para a análise. Esta etapa é subdividida em outras, quais sejam: leitura flutuante, primeiro contato com os textos, serve para reconhecimento mais geral do material que será estudado; definição do *corpus* de análise; elaboração de hipóteses e objetivos do trabalho; o último passo é a definição dos indicadores que servirão de base para a análise do *corpus*. A exploração do material é a “administração sistemática das decisões tomadas” (BARDIN, 1977, p.101). Nessa etapa, o pesquisador faz o recorte do texto em unidades de registro, trechos que se referem ao mesmo assunto ou que têm conteúdo semântico semelhante. Por fim, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação compreende a aplicação de alguma teoria para análise do *corpus* selecionado.

No que diz respeito à definição das categorias de análise, a pesquisa aborda alguns aspectos específicos da profissão: verdade no jornalismo, apuração, hipervalorização de versões de fontes oficiais, consequências das narrativas construídas pela imprensa e a perspectiva de um estudante de jornalismo. Para entender o jornalismo como mercadoria, utilizam-se como aporte teórico textos de Marshall (2001) e Medina (1988). Em se tratando especificamente da ética na prática do jornalismo, são estudados Christofolletti (2008), Tófoli (2008), Bucci (2000), entre outros.

Para a escrita do livro analisado, o autor faz o caminho inverso ao dos jornalistas que cobriram o caso em 1994, esforça-se na tarefa de conversar com todos os envolvidos no caso: os sete acusados, as mães que acusavam, os delegados e o repórter Valmir Salaro, responsável pela matéria que foi ao ar no Jornal Nacional sem a versão dos acusados. Supõe-se que todo esse esforço em busca da ética jornalística se deve ao fato de que Coutinho era ainda um estudante de jornalismo à época da apuração e redação do livro que é, na verdade, seu trabalho de conclusão de curso. Essa condição o levou a adotar comportamentos pautados por uma visão que muitas vezes se perde quando o jornalista já está inserido no mercado de trabalho, como aconteceu com os profissionais que cobriram o caso Escola Base.

Verdade no Jornalismo

O 4º artigo do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros afirma: “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos” (FENAJ, 2007). Cabe refletir, então, sobre qual é o conceito de verdade para o jornalismo. Conforme Tófoli (2008), “diferentemente de outras áreas, ela está condicionada por uma série de fatores, o que pode ser depreendido através da forma como são produzidas as notícias, principal elemento do jornalismo” (TÓFOLI, 2008, p.28). Usando outras palavras, em jornalismo, a verdade não é

um conceito fechado em si mesmo, ela é uma construção que existe a partir de uma visão específica que, por sua vez, é influenciada por diversos elementos como a linha editorial do veículo, o enquadramento da pauta, a escolha das fontes, tudo isso permeado pelos interesses de quem faz jornalismo e de quem é o dono do veículo.

Sendo assim, compreende-se que, por mais que existam esforços na busca por objetividade e neutralidade, o principal produto do jornalismo, as notícias, não é livre da influência de todos os profissionais que estão envolvidos em sua produção. Para a autora, “a noticiabilidade está diretamente relacionada com os processos de rotinização e padronização das práticas produtivas” (TÓFOLI, 2008, p.33). Isso se deve ao fato de as organizações jornalísticas serem, também, empreendimentos que precisam gerar lucro. Sem essa padronização de rotinas e estabelecimento de critérios seria impossível lidar com o jornalismo sob a perspectiva de negócio rentável.

Essa visão que enquadra o jornalismo como produto também é partilhada por Bucci (2000) que, por sua vez, defende que as questões éticas em jornalismo estão inseridas dentro de um mercado que engloba as empresas de comunicação e, por este motivo, as discussões éticas devem estar voltadas também aos padrões, donos de veículos e não apenas aos jornalistas, já que

os piores problemas da imprensa brasileira são problemas construídos no interior das empresas de comunicação por forças e interesses que ultrapassam os domínios de uma redação e nada têm a ver com os interesses legítimos de seus telespectadores, leitores, ouvintes” (BUCCI, 2000, p.32).

Ainda nesse sentido, Medina (1988) entende a notícia como um elemento que não foge ao complexo mercantil. Dessa forma, a autora dialoga com Marshall (2001), de acordo com quem a cultura estetizada organiza as empresas jornalísticas em “unidades de produção e processamento capitalista” (MARSHALL, 2001, p.3). Assim, elas ficam submetidas à lógica de mercado, visando audiência e, conseqüentemente, lucro. Essa nova estética faz com que o modo de funcionamento do mercado seja inserido na imprensa, no modo de trabalhar a informação, construir notícias, fazer jornalismo: “a imprensa passa, conseqüentemente, a falar a linguagem do capital” (MARSHALL, 2001, p.3).

Para que a informação se transforme em notícia, o nível de noticiabilidade dela é observado. A noticiabilidade é o conjunto de critérios e técnicas que possibilita a escolha de uns fatos em detrimento de outros, visto que todos os dias chegam aos veículos inúmeros acontecimentos que podem ou não serem transformados em notícia (WOLF, 2003). Aqui é importante observar que as informações são transformadas em notícias, a partir da

interferência de jornalistas: “as notícias são aquilo que os jornalistas definem como tal. Este assunto raramente é explicitado, visto que parte do *modus operandi* dos jornalistas é que as coisas acontecem ‘lá fora’ e eles limitam-se simplesmente a relatá-las.” (ALTHEIDE, 1976, *apud* WOLF, 2003, p.83).

Assim, compreende-se que a utilização desses critérios é fundamental para que a rotinização e padronização da produção de notícias sejam realizadas (WOLF, 2003). Como complemento à noticiabilidade, o autor ressalta a existência dos valores/notícia, “regras práticas que abrangem um *corpus* de conhecimentos profissionais que, implicitamente, e, muitas vezes, explicitamente, explicam e guiam os procedimentos operativos redatoriais” (WOLF, 2003, p.85). Nesse sentido, os valores/notícia compreendem todo o processo de produção das notícias, desde a pauta até a apresentação final do produto.

Bucci (2003) considera a redação como um núcleo encarregado de pensar. Assim, a existência de uma redação composta por vários jornalistas configura um fator fundamental na busca por uma produção de notícias menos problemática, já que é um espaço aberto para discussões dos assuntos, das pautas e, por fim, das matérias. Um ponto interessante na cobertura do caso Escola Base é a postura adotada pelo jornal *Diário Popular*. Único veículo de imprensa que acompanhou a revista feita pela polícia na escola decidiu silenciar após o repórter Antônio Carlos Silveira dos Santos perceber contradições no caso e conversar com o editor de polícia, Paulo Breitenvieser, e com o diretor do jornal, Jorge Miranda Jordão, que optaram por não publicar nada até a apresentação de provas (COUTINHO, 2016).

Esse episódio confirma a importância de se ter uma redação onde os profissionais de jornalismo estão dispostos a dialogar sobre os conteúdos que podem ser transformados em notícias. Desse modo, compreende-se a figura do editor como importante neste processo. Segundo Medina, o editor “é o sujeito ‘bem informado’, sensível à demanda, que antevê a oportunidade de determinadas coberturas, que sabe selecionar as informações ‘essenciais’ que o repórter traz, que sugere perguntas e, acima de tudo, que angula a matéria” (MEDINA, 1988, p.79). A autora conclui que é o editor quem regula a relação oferta-demanda, considerando os interesses da empresa e as características do público do veículo. Desse modo, destaca-se a teoria do *gatekeeper*, que ressalta o poder de decisão do próprio jornalista sobre o que deve ou não passar adiante e tornar-se notícia (PENA, 2015). Além disso, conforme o autor, a noticiabilidade é negociada:

O repórter negocia com o editor, que negocia com o diretor de redação, e assim por diante. E os próprios critérios estão inseridos na rotina jornalística, ou melhor, tornam possível essa rotina, pois são contextualizados no

processo produtivo, em que adquirem significado, desempenham função e tornam-se elementos dados como certos, o conhecido senso comum da redação. (PENA, 2015, p.74)

Mesmo entendendo que “a verdade no jornalismo é relativa, condicionada, mitificada e útil aos interesses dos veículos e dos próprios profissionais” (TÓFOLI, 2008, p.38), defende-se que é fundamental que o jornalista busque aproximações àquilo que se convencionou chamar de verdade no senso comum. Isto só é possível quando existe uma tentativa constante de ouvir os vários lados da história, não se autocensurar nem censurar a outros etc. Tais condutas não foram seguidas pelos profissionais envolvidos no caso Escola Base, o que resultou no mais conhecido crime da imprensa brasileira.

Hipervalorização de Versões de Fontes Oficiais

Um dos elementos sem o qual é impossível produzir qualquer conteúdo jornalístico são as fontes: “pessoas, entidades, instituições que têm algo a dizer ou a demonstrar que interesse à coletividade, ao jornalista, à empresa onde ou para quem ele trabalha” (TÓFOLI, 2008, p.51). Porém, é importante compreender e levar em conta que fontes não são isentas. Pelo contrário, elas podem querer “dizer ou não, demonstrar ou omitir, algo que interesse à sociedade, a ela própria [a fonte], ou à empresa/instituição/entidade onde ou para quem ela trabalha, ou ao jornalista ou à empresa para qual ou na qual ele trabalha” (TÓFOLI, 2008, p.51).

A autora mostra que, apesar da palavra “fonte” não ser utilizada no Código de Ética dos Jornalistas, esse é um tema que pode ser apreendido no artigo 2º do documento que define que a divulgação da informação deve ser precisa e correta. Em complemento, o artigo 4º do mesmo Código diz que “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação”. Compreende-se que a relação fonte-jornalista é uma via de mão dupla, ao passo em que jornalistas devem divulgar as versões apresentadas pelas fontes e estas, por sua vez, devem sempre dizer a verdade. A relação fonte-jornalista, inevitável e imprescindível para o exercício do jornalismo, é marcada por trocas, já que

a fonte tem a informação; o jornalista tem a capacidade de torná-la pública, de transformá-la em notícia; a fonte quer fazer parte da agenda pública, divulgando temas que são do seu interesse, o jornalista quer informação exclusiva, que o coloque ou o veículo de comunicação no qual trabalha na agenda de interesses [...] (TÓFOLI, 2008, p.53).

A complexidade decorrente dessa relação exige alguns cuidados éticos. Dentre eles, um ponto bastante destacado por Tófoli (2008) é a questão da abertura exclusiva de espaço para as versões de fontes oficiais. Tal atitude por parte de jornalistas é problemática, pois, como já mencionado, todas as fontes possuem interesses, sejam eles próprios ou vinculados à instituição da qual ela faz parte. Por mais preparadas e profissionais que sejam, fontes oficiais não fogem a essa regra. Ademais, o que se espera do jornalista é que ele dê o mesmo tratamento aos mais variados tipos de fonte. Esse é um cuidado ético primordial da profissão.

No caso Escola Base, esse cuidado foi esquecido. Conforme Coutinho (2016), o receio de que o caso não fosse devidamente investigado fez com que as mães que denunciavam recorressem à Rede Globo de São Paulo. Uma equipe comandada por Valmir Salaro, principal repórter de polícia do canal, foi designada para a cobertura daquilo que “não era apenas um furo jornalístico, mas uma bomba” (COUTINHO, 2016, p.20). Assim, uma matéria sem a versão dos acusados foi ao ar no Jornal Nacional do dia 29 de março de 1994.

Para Coutinho (2016), a influência de Edécio Lemos, delegado responsável pelas investigações do caso Escola Base na maior parte do tempo em que as investigações ainda estavam em curso, na espetacularização das denúncias é inegável. Em um dos momentos em que fora questionado sobre a falta de provas, ele disse que o próprio inquérito era a prova. Vale destacar que “um inquérito policial é o procedimento no qual se investiga uma acusação à procura de provas do delito, portanto, a sua simples instauração não pode ser considerada prova nenhuma para condenação” (COUTINHO, 2016, p.22).

Entrando no jogo do delegado, que devia zelar pela presunção da inocência dos acusados, os jornalistas acabaram cometendo um dos principais crimes de imprensa: o pré-julgamento. Ele ocorre principalmente quando não há separação entre polícia e jornalista (CHRISTOFOLETTI, 2008). Para evitá-lo, o jornalista deve combinar dois procedimentos: sempre duvidar das versões oficiais, pois, “a dúvida salvaria o jornalismo, afastando-o das tentações de ser tendencioso.” (CHRISTOFOLETTI, 2005, p.33); e jamais deixar de ouvir a versão dos acusados: “Registrar a outra versão é obrigação do jornalista, não por flexibilidade, complacência ou compaixão, mas por dever moral” (CHRISTOFOLETTI, 2005, p.36).

Ouvir somente as versões oficiais ou tê-las como verdadeiras e inquestionáveis sem fazer nenhum tipo de checagem ou apuração é problemático, pois o jornalismo acaba assumindo a “lógica de faroeste” que rege o mundo policial, segundo a qual o mundo está organizado de forma maniqueísta, conforme o autor. Além disso, o jornalista assume uma postura de disseminador de ódio, espalhando uma sensação de falta de justiça, o que pode levar as pessoas a uma busca por fazer justiça com as próprias mãos.

Outro cuidado apontado por Christofolletti (2008) é medir distâncias. Como já entendido, a relação fonte-jornalista é imprescindível, essencial para o exercício da profissão. Mas para que a notícia seja construída do modo mais ético possível, é necessário que se mantenha o devido distanciamento: “o jornalista deve estar próximo da fonte o bastante para extrair o que interessa e distante o suficiente para não se confundir com a notícia” (CHRISTOFOLETTI, 2008, p.41). Compreende-se, então, que o jornalista deve definir a distância da fonte com muita cautela, bem como alimentar certa desconfiança das informações passadas por ela. Além da constante dúvida, o jornalista deve exercitar a apuração e a checagem de informações que lhe são passadas pelas fontes. Caso contrário, ele se torna apenas mero transmissor das versões que interessam àquela fonte.

Apuração Jornalística

Uma das premissas do exercício do jornalismo é apurar os fatos. Nada mais do que buscar, checar, investigar e confrontar versões apresentadas por fontes. A apuração pode, então, ser entendida como a base do jornalismo porque não há como buscar a verdade no relato dos fatos sem apurar. Não há como fazer jornalismo “sem sujar as mãos” (CHRISTOFOLETTI, 2008, p.42). A execução desse processo deve ser constante na vida dos profissionais que optam por este ofício.

Quando não se apura, assumem-se vários riscos, já que este trabalho constrói “narrativas cotidianas que têm como protagonistas pessoas de todas as partes, o que significa dizer que o jornalismo lida com reputações e honras pessoais, com valores e conceitos, com o imaginário popular, com versões da história e com o próprio senso de verdade e realidade” (CHRISTOFOLETTI, 2008, p.31). Além do que se contraria o Código de Ética dessa profissão porque não tem como buscar a verdade sem apurar.

É importante compreender que “poder implica responsabilidade” (CHRISTOFOLETTI, 2008, p.17). Por meio de seu trabalho, o jornalista tem poder de reforçar imaginários e construir representações acerca daqueles que são expostos. No caso Escola Base, os jornalistas se apegaram à denúncia feita pelas duas mães. A apuração deixou a desejar, pois um laudo inconclusivo foi tido como prova de um crime e, a partir dele, as denúncias foram endossadas e os acusados receberam uma condenação social: “O documento constatava que a vítima realmente possuía algumas lesões anais, entretanto, esse resultado era inconclusivo. As feridas poderiam ser resultado de abuso sexual, mas também poderiam ter sido ocasionadas por uma diarreia forte.” (COUTINHO, 2016, p.21)

Os veículos de jornalismo se permitiram viver um grande mimetismo, agindo com “espírito de manada” (CHRISTOFOLETTI, 2008, p.62), ignorando as premissas da profissão e não refletindo sobre o que estavam fazendo, seguiram a lógica “Uma vez que a Globo denunciou, também devemos fazê-lo” (COUTINHO, 2016, p.20). Após a veiculação das denúncias no Jornal Nacional sem a versão dos acusados, os demais veículos passaram a divulgar todo novo desdobramento do fato, mesmo que só com a versão do delegado enquanto fonte oficial. Assim, os jornalistas deixaram de lado a reflexão, ocasionando a falta de polifonia – já que não havia espaço para a versão dos acusados – e o declínio da veracidade da informação – pois apenas reproduziam as versões já existentes sem nenhum tipo de apuração ou checagem. Tanto a falta de polifonia quando o declínio da veracidade são consequências apontadas por Tófoli (2008) quando se deixam de lado os cuidados éticos.

No que diz respeito à reflexão sobre o mimetismo cometido pelos veículos de jornalismo que cobriram o caso, destaca-se a ação do jornalista Florestan Fernandes Júnior, à época vinculado à TV Cultura, que foi convidado pelos acusados a publicar a versão deles sobre o caso – acompanhado por Chico Verani, da rádio Jovem Pan, e pela repórter Regina Terraz, de O Estado de São Paulo. Somente a partir da publicação dessa entrevista, o delegado Edélcio Lemos começou a ser questionado pela imprensa sobre a veracidade das acusações e tanto a cobertura jornalística quanto o próprio caso tomou outro rumo com a substituição do delegado. Porém, já era tarde demais. Além disso, outro problema se originou dessa falta de polifonia e apuração: o sensacionalismo. Com o passar dos dias, manchetes como “motel na escolinha do sexo”, publicada no jornal Notícias Populares no dia 31 de março de 1994; “Perua escolar carregava as crianças para a orgia”, estampada no mesmo dia na Folha da Tarde; e “Uma escola de horrores” publicada dias depois na Veja se tornaram comuns.

Consequências das Narrativas Construídas pela Imprensa

Os erros da imprensa não se isolam em si mesmos. Pelo contrário, desencadeiam um efeito cascata que muitas vezes transforma a vida dos envolvidos. No caso Escola Base, sete pessoas foram acusadas e condenadas socialmente. Passando a divulgar todas as denúncias sobre o caso, os jornais assumiram uma postura de denunciismo, deixando de lado a responsabilidade social que deve ser inerente à profissão do jornalista. A escola foi depredada, assim como a casa de Paula Milhin e Maurício Alvarenga. Além do que os donos da Escola Base tiveram que se esconder para preservar suas vidas (COUTINHO, 2016).

A partir disso, depreende-se que tudo aquilo que é feito pelos jornalistas enquanto profissionais tem implicações nas vidas das pessoas, por isso devem existir os cuidados éticos.

Os dilemas – situações em que as alternativas parecem igualmente defensáveis e legítimas – sempre existirão, como afirmado por Christofolletti (2008), e é por isso que os profissionais de jornalismo devem fazer uso de constante reflexão, discutindo entre si e buscando atender aos princípios éticos da profissão da melhor maneira possível.

Como consequência da abertura para o denunciamento somada à veiculação exaustiva da versão oficial, a do delegado responsável pelo caso, os sete acusados passaram pelo que o autor chama de morte social, já que jamais tiveram suas vidas normalizadas após a divulgação do caso: “Mesmo que tenham entrado na justiça para buscar as compensações pelos erros cometidos, suas vidas não retornaram ao que eram antes [...]. A maior perversidade de erros desse tipo é a impossibilidade de serem revertidos.” (CHRISTOFOLETTI, 2009, p.19)

As vidas de Ayres, Aparecida, Maurício, Paula, Saulo, Mara e Richard foram totalmente transformadas no pior sentido possível. Doenças psicológicas e físicas, sonhos profissionais arruinados, reputações manchadas e famílias desestruturadas foram as consequências palpáveis que confirmam o que Christofolletti (2008) diz sobre o mito “ética é uma coisa abstrata”. Para o autor, “a ética pode não ser concreta, mas as consequências de uma decisão ética repercutem no plano material”. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p.19)

As consequências sofridas pelos acusados, mesmo após o inquérito ter sido arquivado devido à falta de provas, comprovam o peso da responsabilidade social inerente à profissão de jornalista. A cobertura problemática, que deu espaço à estória cheia de lacunas apresentada pelas mães que denunciavam e endossada pelas falas do delegado responsável pelo caso, fez com que as vidas dos sete acusados tivessem mudanças de grande impacto levando-os a uma condenação social que acarretou diversos problemas tanto de saúde quanto de ordem psicológica, econômica e até moral.

Prova disso é que mesmo depois de vinte e um anos do escândalo que envolvia a Escola Base, Coutinho (2016) diz ter tido dificuldades para conversar sobre o assunto, já que este revela muito receio por parte dos moradores que vivem próximos à casa que antes pertencia a Maurício Alvarenga e Paula Milhin:

Passadas duas décadas, o ambiente ainda é de medo, insegurança e desconfiança. Apesar de conversarem comigo, os vizinhos sequer abriam a porta de suas residências. Em uma das casas tive que entrevistar a dona através de um buraco que existia no portão. A maioria das conversas foi feita aos sussurros, como se estivéssemos falando de um assunto proibido. (COUTINHO, 2016, p.29)

Em outro trecho do livro, o jornalista, que se considera uma “testemunha das consequências que uma informação mal apurada pode trazer para a vida de uma família”

(COUTINHO, 2016, p.30), diz ter percebido que “todos os vizinhos manifestaram não acreditar na plena inocência dos Alvarenga. E houve quem tivesse certeza de que o casal era culpado” (COUTINHO, 2016, p.29). Além disso, ressalta que todos os vizinhos entrevistados o informaram que ficaram sabendo sobre o caso por meio da televisão.

O medo de falar sobre o assunto também foi percebido nas proximidades do local onde ficava a escolinha. Mas, os moradores desse local acreditavam na inocência do casal Shimada, além do que têm ciência da responsabilidade da imprensa no que diz respeito às proporções que tomou o caso (COUTINHO, 2016). Isso fica evidente na fala de dona Tereza, 60 anos, moradora do local, que aconselhou o então estudante de jornalismo Emílio Coutinho: “Sempre diga a verdade! Não faça parte da Imprensa Marrom que só quer saber de sensacionalismo!” (COUTINHO, 2016, p.35)

Ao entrevistar Paula Milhin, prima e sócia de Aparecida Shimada, Coutinho descobriu que ela demitiu-se de um emprego que havia conseguido nos Correios, após ser acusada de roubo. Em outra ocasião, enquanto tentava ajudar uma amiga a vender um restaurante, foi xingada, perdendo a comissão que a ajudaria a quitar algumas dívidas. Paula conclui que a história se deu devido a uma sequência de erros da polícia e da imprensa. Um dos erros dos jornalistas apontados por ela foi a divulgação do endereço da casa dela e do esposo: “Mesmo que eu fosse a pedófila que diziam que eu era, acredito que eles não tinham o direito de publicar o nosso endereço residencial” (COUTINHO, 2016, p.51).

Além das perdas materiais, um medo se sobressaía: o de perder a própria vida. Com a exposição e o exagero adotado pelos jornalistas, os acusados passaram a receber inúmeras ameaças. O que mais ofende Paula é o fato de a imprensa não ter aberto para a retratação o mesmo espaço que abriu para as acusações: “Depois que se comprovou que as acusações eram falsas, deviam ter perguntado: ‘mas o que eles perderam? Vamos ressarcir para eles terem uma segunda chance’” (COUTINHO, 2016, p.52). Como decorrência do caso, ela acumula doenças físicas e psicológicas.

Antes de ser acusado de fazer parte da rede de pedofilia, Richard Pedicini, o gringo, trabalhava com raspadinhas premiadas e estava tendo grande retorno com isso. Com o escândalo, teve de largar o negócio, pois “tem certas coisas que você não pode fazer depois de ser preso e sua imagem ser exposta na televisão de forma negativa” (COUTINHO, 2016, p.64). Essa fala de Pedicini mostra que ele tem uma visão semelhante à de Paula. Por ele, o caso Escola Base também é visto como a soma de erros da polícia e da imprensa. Richard Pedicini entende que imprensa usa dois pesos e duas medidas no que se refere a versões de policiais, enquanto fontes oficiais, e de acusados:

É absolutamente assimétrico o interesse de comprovar a acusação, e quando a acusação não é comprovada a intenção é sair de fininho. A coragem de enfrentar um preso algemado não é a mesma para enfrentar um delegado armado. O interesse na boa informação não existe. O interesse é na acusação. (COUTINHO, 2016, p.68)

Assim, como Paula e Maurício, Saulo e Mara também se divorciaram depois do caso. À época, foram prestar depoimento voluntariamente, mas acabaram presos. Saulo conta que foi ameaçado de morte várias vezes já no primeiro dia em que ficou em uma cela separado da esposa, pois os detentos viram sua imagem nos telejornais. Mas, infelizmente, as ameaças não ficaram restritas à prisão:

Poxa, eu tinha uma vida normal, não tinha feito nada, de repente as pessoas queriam me matar. Tudo por causa de uma mentira, uma informação que não foi checada e na qual as pessoas acreditaram e já saíram detonando. Nós corremos risco de vida. A gente saía na rua e o pessoal queria matar a gente. (COUTINHO, 2016, p.78)

Saulo discerne que os erros de imprensa no que diz respeito à falta de checagem são comuns até hoje. Apesar de todo o trauma decorrente da cobertura jornalística do caso, ele entende que o trabalho dos jornalistas é necessário, embora reconheça ser difícil reverter os discursos forjados pela imprensa, “[...] pois apesar de se falar muito sobre ética e justiça, a imprensa ainda hoje vive desse sensacionalismo sem ponderar as consequências.” (COUTINHO, 2016, p.80)

A perspectiva de um Estudante de Jornalismo

Em diversos trechos do livro fica evidente a preocupação de Emílio Coutinho em não repetir os mesmos erros que os colegas jornalistas cometeram ao cobrir o caso Escola Base em 1994. Conforme Christofolletti (2005), o cuidado é entendido em jornalismo como uma orientação de caráter técnico que está diretamente ligada a uma conduta ética. Em outras palavras, a ética jornalística deve ser expressa em atitudes, em condutas que fazem parte da rotina profissional de quem opta por esse ofício. Essa constante preocupação é demonstrada desde o início na conduta adotada por Coutinho. Quando consegue marcar uma entrevista com Paula Milhin, sócia de Aparecida Shimada e também dona da Escola Base, o autor demonstra que sentiu insegurança com relação à concretização da conversa, mas isso não o desanimou:

A sensação era de alegria por ela ter aceitado conversar sobre o caso e também desconfiança, pois eu não tinha certeza se ela realmente estava

interessada em recordar aquele pesadelo, e se o endereço que havia me passado era real. Mas eu não tinha outra escolha a não ser acreditar nela e comparecer pontualmente no local e hora combinados. (COUTINHO, 2016, p.39)

O estudante de jornalismo era motivado pela construção de um panorama da vida dos envolvidos no caso, acusadores e acusados, vinte anos depois. Isso incluía as mães que acusavam. A aproximação das duas, de Clea Parente e de Lúcia Eiko Tanoue, se deu por meio de rede social, assim como no caso de Richard Pedicini. De forma peculiar, Coutinho desenvolveu algumas estratégias para construir uma relação amigável com a primeira mãe: “Com receio de ser bloqueado logo de cara, tentei me aproximar dela, comentei alguns posts que apareciam na minha *timeline* e recebi alguns *likes* dela em troca” (COUTINHO, 2016, p.86). Depois de todo o cuidado, Clea Parente acabou negando a entrevista ao então estudante de jornalismo ao perceber que se tratava do caso Escola Base, o qual ela negou conhecer. Depois da negativa, Coutinho partiu para a segunda mãe. Após descobrir seu endereço, marcou uma entrevista com Lúcia Tanoue que afirmou que o caso repercutiu negativamente até hoje e que, em decorrência disso, ela toma remédios. A entrevista aconteceria no dia seguinte, mas a mulher não o recebeu.

O que se observa é que, diferentemente dos jornalistas que cobriram o caso Escola Base, Coutinho teve muito cuidado e esforço para apurar em profundidade e entrevistar todos os envolvidos. Ao tentar entrevistar Maurício Alvarenga, o motorista da kombi da Escola Base, Coutinho recebe um “não” e, apesar do desapontamento de não conseguir a versão de Maurício, faz uma reflexão importante tendo ciência de que cumpriu seu papel:

Poderia ter montado campana na porta da casa dele e aguardado. Poderia ter tentado subir no muro do vizinho para tirar uma foto. Enfim, muita coisa poderia ser feita, mas acredito que neste trabalho, em que exatamente escrevo sobre as consequências da imprensa sensacionalista, praticar esse tipo de jornalismo abutire seria contradizer os meus princípios enquanto jornalista. (COUTINHO, 2016, p.102-103)

Segundo os relatos do livro, a fonte mais difícil de contatar foi o delegado Edécio Lemos. Coutinho demorou semanas para conseguir contato com ele que, assim como Jorge Carrasco e Mara Nunes, não quis ceder entrevista. Coutinho entrevistou o único jornalista que assumiu ter tido responsabilidade sobre os erros de imprensa na cobertura do caso. Valmir Salaro diz ter aprendido a “não confiar em ninguém durante uma reportagem” (COUTINHO, 2016, p.122). Como o casal Shimada não estava mais vivo à época da escrita do livro, Coutinho conversou com a ex-nora deles que informou que a Rede Globo foi a única

instituição que pagou indenização ao casal, os outros veículos entraram com recurso. Ademais, ela informou ao jornalista que entre a família não se falava sobre o caso porque, mesmo depois de anos, o assunto causava muito sofrimento.

Considerações Finais

O caso Escola Base é estudado até hoje nas escolas de comunicação Brasil e deveria ser pedagógico em alguns aspectos. Nele, percebe-se uma sequência de condutas adotadas pelos jornalistas. Um dos fatores que contribuiu para a formação da opinião pública contra os acusados foi o fato de a imprensa ter dado ouvidos exclusivamente à versão oficial da polícia — baseada em um inquérito frágil que não comprovava as acusações. Por vezes, as fontes oficiais acabam sendo únicas nos processos de construção de notícias. Isso é muito comum no jornalismo policial, que reforça o imaginário de que a sociedade é maniqueísta: de um lado, os defensores da ordem e do bem, a polícia; de outro, os praticantes do mal, os suspeitos. Além de condenar pessoas que, por vezes, sequer foram investigadas, muito menos julgadas.

Outro ponto problemático é a falta de apuração, fator elementar para a produção de todo e qualquer conteúdo jornalístico. No caso Escola Base o que se percebe é que os jornalistas deixaram essa prática de lado e passaram a reproduzir as versões oficiais da polícia sem questioná-las. Considera-se que não basta o jornalista ouvir o máximo de lados possíveis em cada cobertura, há ainda uma etapa posterior e tão importante quanto: a checagem das versões. Ela é que permitirá ao profissional do jornalismo investigar se as informações apresentadas pelas fontes são verdadeiras e até que ponto existem para defender seus interesses próprios. É um trabalho árduo, mas necessário na busca pelo jornalismo ético.

O caso Escola Base ilustra bem essa sequência de erros ou de falta de cautela por parte dos jornalistas. Porém, compreende-se que a responsabilidade social não é produto apenas da boa vontade do profissional enquanto indivíduo, já que, como discutido no primeiro tópico deste trabalho, a produção da notícia envolve uma série de fatores, interesses e visões. Dessa forma, considera-se fundamental que as discussões e reflexões sobre a ética no fazer jornalismo sejam constantes na vida de todos aqueles que estão envolvidos de forma direta ou indireta na produção das notícias.

Os passos adotados pelo autor do livro *Escola Base: onde e como estão os protagonistas do maior crime da imprensa brasileira* são diferentes das práticas dos jornalistas que cobriram o caso. Isso pode ser compreendido a partir de uma perspectiva que entende que a visão de Emílio Coutinho era baseada nos cuidados éticos passados aos estudantes de jornalismo. Em alguns momentos chega a ser incômoda a forma como ele

demonstra preocupação com a possível reação das fontes. Mas é compreensível, já que ele estava em busca de uma postura profissional contrária à adotada pelos colegas em 1994.

Por fim, com vistas às coberturas feitas atualmente, percebe-se que as condutas de falta de apuração e checagem, mimetismo midiático, hipervalorização de versões oficiais e falta de distanciamento de determinadas fontes continuam sendo comuns no meio jornalístico. Dito de outra maneira, os passos dados pelos jornalistas na produção das notícias continuam sendo os mesmos. Além do que os conteúdos jornalísticos continuam sendo produzidos e vendidos como mercadorias, ou seja, o lucro continua sendo o fim dessa atividade, o que dificulta ainda mais algum tipo de mudança de comportamento, já que as preocupações com a ética são deixadas em segundo plano em detrimento da rentabilidade do negócio.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. — São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Criminalização de vítimas na imprensa**: considerações sobre a ética jornalística. In: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo. Volume XXVIII, nº 1, janeiro/junho de 2005. Disponível em: <https://monitorando.files.wordpress.com/2007/11/criminalizacao_de_vitimas.pdf> Acesso em: 14 nov. 2018.

COUTINHO, Emílio. **Escola Base**: Onde e como estão os protagonistas do maior crime da imprensa brasileira. — São Paulo: Editora Casa Flutuante, 2016

FENAJ. Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. Disponível em: <http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso: 12 set. 2018.

MARSHALL, Leandro. **A estética da mercadoria jornalística**. Anais XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Campo Grande – MS, 2001. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP1MARSHALL.PDF>. Acesso em: 08 dez. 2018.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. — 2. ed. — São Paulo: Summus, 1988.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. — 3. ed. Contexto: São Paulo, 2015.

TÓFOLI, Luciene. **Ética no jornalismo**. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). 2003 Disponível em: http://www.jornalismoufma.xpg.com.br/arquivos/mauro_wolf_teorias_da_comunicacao.pdf. Acesso em: 15 dez. 2018.